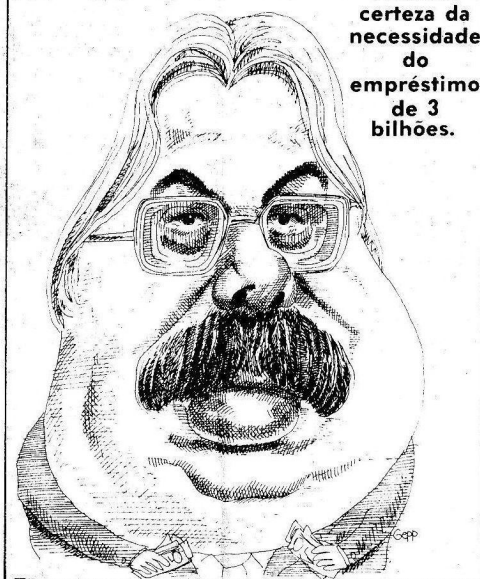
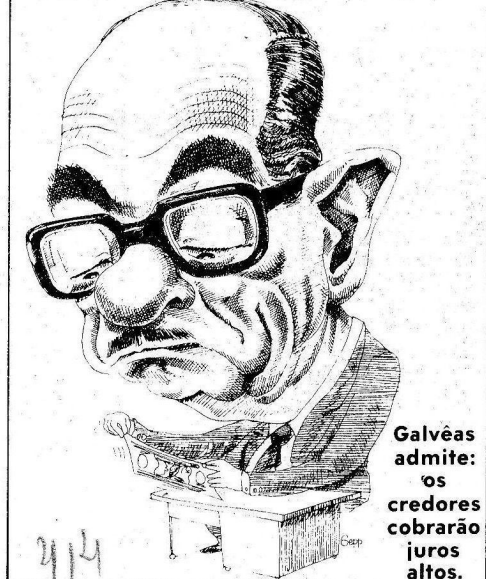




Pastore: certeza da necessidade do empréstimo de 3 bilhões.



Galvêas admite: os credores cobrarão juros altos.

Uma reunião mais importante do que parece

A quem não está acostumado a acompanhar as reuniões anuais do FMI — Banco Mundial, os resultados desta 38ª Assembléia poderão parecer muito limitados. Certamente não justificaria convidar seis mil pessoas a um show que, na sua monotonia é muito cansativo, além de caro.

No entanto, é preciso saber que as instituições financeiras de Bretton Woods têm algo de parecido com a Igreja Católica Romana. O que é essencial é respeitar uma tradição que se forma no consenso e muito lentamente. As mudanças devem ocorrer no quadro de uma tradição que respeita um estilo próprio.

A tradição quer que, as inovações, antes de serem submetidas à aprovação da Assembléia Geral — em princípio, a única soberana — devam ser discutidas e aprovadas pelo Grupo dos Cinco (Estados Unidos, Japão, França, República Federal da Alemanha, Reino Unido). A seguir, o Grupo dos Dez (o Grupo dos Dez e mais Canadá, Bélgica, Itália, Holanda e Suécia) será informado da decisão que pró-forma será submetida ao Comitê Interino e o Comitê de Desenvolvimento em que os países ricos se juntam aos representantes do Terceiro Mundo com a presença, agora, da Arábia Saudita (o único país do Terceiro Mundo com poder de influir nas decisões, na medida em que tem uma participação financeira mais elevada algumas vezes do que qualquer país industrializado). As concessões feitas aos países em desenvolvimento são sempre limitadas e nunca devem representar um ônus financeiro que não tenha sido aceito anteriormente pelos países industrializados.

Decisões lentas

Podemos entender que, neste quadro, as decisões sejam tomadas com grande lentidão e sempre com defasagem em relação aos desafios da atualidade. No entanto, é preciso reconhecer que os organismos criados em Bretton Woods em julho de 1944 passaram por uma profunda transformação, especialmente no que diz respeito ao FMI. Este organismo teve sua atuação muito limitada por vontade dos Estados Unidos, ao contrário do que haviam proposto outros países, como o Reino Unido, em favor de um banco central dos bancos centrais, com poder de emissão de moeda internacional. O FMI que saiu de Bretton Woods era um organismo que devia ajudar os países-membros, através de empréstimos de curto prazo, a enfrentar desequilíbrios transitórios no balanço de pagamentos.

É preciso dar a impressão de que o FMI será mantido nessa função limitada. No entanto, ao longo dos anos, a situação mudou muito. Expandiu-se o papel do FMI (através por exemplo dos financiamentos compensatórios); estendeu-se o prazo e o montante dos empréstimos e especialmente aceitou-se criar uma moeda internacional, os Direitos Especiais de Saque (DES), cuja emissão, no entanto, ficou muito limitada.

Alguns anos atrás, em 1976 notadamente na reunião de Manilha, o FMI pela voz do seu diretor-gerente na época, Johannes Witteveen, sugeria aos bancos comerciais que não concedessem empréstimos aos países em desenvolvimento para equilíbrio do balanço de pagamentos, antes que estes recorressem ao FMI, sendo forçados a aceitar programas de ajustamento. Ninguém ouviu o apelo e o próprio FMI tinha a nítida consciência que estava marginalizado com a expansão cada vez maior do mercado das euromoedas, cujo controle escapava aos bancos centrais. Por isso, não era necessário aumentar os recursos do Fundo. Foi somente a partir de 1980 que a instituição foi mais solicitada chegando-se ao estado atual em que o FMI enfrenta uma crise de caixa.

Dois problemas

Assim havia duas questões a serem re-

solvidas nesta 38ª Assembléia: encontrar novos recursos antes que se concretize o aumento das cotas e reexaminar as condições, consideradas "generosas", dos empréstimos.

As discussões foram difíceis. O secretário do Tesouro norte-americano, Donald Regan, adotou uma posição aparentemente dura mas talvez com o intuito de ter mais força diante do Congresso, para apressar a liberação de recursos destinados ao FMI e o Banco Mundial. Ele parece ter obtido algum progresso para a mobilização de recursos num montante de seis bilhões de dólares para o FMI, sendo a metade fornecida pela Arábia Saudita e a outra parte pelos países da Europa. Surgiram algumas dificuldades apenas do lado da República Federal da Alemanha para a liberação do dinheiro.

O compromisso relativo aos créditos ampliados permitiu chegar a um resultado muito mais aceitável do que se pensava, dando certa margem de liberdade à diretoria do FMI, mas prevendo-se uma redução progressiva destes recursos, que porém não será automática e poderá ser colocada em questão no futuro.

Nova responsabilidade

O FMI está cada vez mais assumindo uma responsabilidade que certamente não era sua, no passado: a de coordenar os esforços para, com a colaboração dos bancos centrais, dos outros organismos internacionais e dos bancos comerciais, renegociar a dívida externa dos países em dificuldades. deste modo assistimos a um crescimento das responsabilidades do FMI que deverá ser acompanhado por um aumento dos seus poderes de controle, nos próximos anos. Podemos imaginar que tal inovação não será concretizada antes de alguns anos, já que representará uma limitação da soberania dos países membros, ainda que se diga que a fiscalização do FMI se exerceria num mercado financeiro que hoje é totalmente sem controle. Ora, os bancos centrais que sempre informaram que nada tinham a ver com o mercado das euromoedas agora estão obrigados a atuar para salvar os bancos privados que se engajaram demais em operações internacionais.

Não há dúvida de que o FMI está passando por profundas transformações, ainda que hoje não tenha recursos suficientes para assumir suas responsabilidades.

A situação do Banco Mundial e dos organismos que lhe são filiados é talvez muito pior, especialmente no caso da Associação Internacional de Desenvolvimento que realiza operações a longo prazo, com taxas de juros altamente favorecidas.

Talvez a melhor situação seja a da Corporação Financeira Internacional que, mais diretamente ligada ao setor privado, encontrará maiores facilidades para aumentar seu capital.

América Latina

Ontem, penúltimo dia da reunião anual do FMI-Banco Mundial, o plenário estava praticamente vazio para ouvir os delegados, entre os quais figuravam como oradores os representantes de Fiji, Ilhas Salomão e Malta. Assim perdeu-se no vazio o firme depoimento feito em nome da América Latina pela ministra do Planejamento da Venezuela, Maritza Izaguirre.

A ministra advertiu que o custo de ajustamento imposto aos países devedores do continente é excessivamente alto e que atingiu, em muitos países, os limites da tolerância. Na opinião da porta-voz da América Latina, os programas de ajustamento foram conduzidos com prioridade para o atendimento dos interesses dos credores, quando deveriam ter considerado, em primeiro lugar, o interesse nacional dos países devedores. Sugeriu que o peso do ajustamento seja mais bem distribuído entre devedores, credores e organismos internacionais.

(Robert Appy, enviado especial.)